

Mapa do Brasil poderá mudar na nova Carta

M. CAVALHEIRO
Da Editoria de Política

O mapa do Brasil pode sair redesenhado da Constituinte. Propostas de anexação de áreas, desmembramento, fusão e criação de Estados já são assuntos entre os parlamentares da Comissão da Organização do Estado — e se anunciam como temas polêmicos. Não se pode ainda, neste e noutros casos, identificar os grupos de influência que serão formados. As disparidades regionais, que unirão os Estados mais pobres durante os debates, não serão suficientes para evitar confrontos naquelas outras questões. Ninguém vai querer ceder uma parte de seu território a troco de nada. Na hipótese da fusão, Sergipe e Alagoas brigam para ter a capital do novo Estado.

Uma das peculiaridades da Comissão da Organização do Estado é a de reunir um grande número de representantes do Estados mais pobres do País e dos territórios, proporcionalmente às bancadas. Outra, a de ter em sua composição uma grande parte de parlamentares estreantes. O presidente, deputado José Thomaz Nonô (PFL/AL), disse conhece metade dos membros — ou menos do que isto. Neste quadro, a formação de grupos identificados por idéias ou interesses acontecerá somente a partir das primeiras discussões e tende a não ser estável: haverá muitas composições em torno de interesses regionais e, de outro lado, entrarão em choque interesses mais localizados — quando se tratar, por exemplo, de redesenhar o mapa do Brasil. Se Pernambuco quer um pedaço da Bahia, obviamente vai dar briga.

Assim, baianos e pernambucanos atuarão como antagonistas, quando se for discutir esta proposta de desmembramento e anexação — que não é, por sinal, a única. Mas estarão alinhados quando chegar a hora de definir as competências da União e dos Estados. Para o Nordeste é importante consignar princípios que obriguem a uma divisão do bolo tributário mais favorável. Os nordestinos, como os representantes do Norte, estarão lutando por isso. Querem

que a Carta institua uma política de tratamento privilegiado aos Estados mais pobres. Ai, terão também a adesão dos representantes dos sacrificados territórios de Roraima e do Amapá, além do Distrito Federal.

NOVO MAPA

Nem só os pernambucanos acreditam que a Constituinte é uma boa oportunidade para ampliar seu território. O Espírito Santo quer uma área de Minas

gerais, que por sua vez anseia por uma saída para o mar, logicamente através da anexação de uma faixa de um dos estados litorâneos fronteiriços. Como se formarão os grupos neste caso? O deputado Siqueira Campos (PDC/GO), relator da Subcomissão dos Estados, diz que os interessados diretos comporão os grupos antagônicos, apoiando-se em colegas de linha política semelhante e mesmo através das amizades pessoais. "Convém fortalecer os políticos mais próximos", lembra.

Outra briga interessante se dará em torno da decisão sobre a capital de um novo Estado, se vingar a idéia de juntar Sergipe a Alagoas. Ninguém quer abrir mão de manter sua capital com este status. Para os alagoanos, Maceió é o ideal. Para os Sergipanos, Aracaju. Ao mesmo tempo, ressurgirão as propostas já apresentadas da criação dos Estados de Santa Cruz e Tocantins. Mas não é só. Existem quatro outras pretensões deste gênero. Se aprovadas, elas inserirão no mapa do Brasil os estados do Triângulo Mineiro, Iguacu, Tapajós e Rio Negro. Os acreanos, por seu turno, querem um pedaço do Amazonas, chamado Boca do Acre.

Como se vê, conflitos de interesses regionais não faltarão. A depender de sua profundidade e consistência, eles poderão levar a alianças de outro tipo, além das previstas por Campos. Ora, havendo a necessidade de aprovar isto e impedir a aprovação daquilo é palpável: surgirão composições fundadas na troca de apoio em uma e outra questão. Impossível, hoje, prever sua formação. Os interesses, afinal, vão sendo postos agora na mesa. Nenhum projeto sobre estas questões levantadas está formalmente em discussão. São idéias rolando. Fala-se delas, mas o ponto decisivo ainda não chegou.

A confusão não será pequena. Afinal, enquanto uns propõem anexações, desmembramentos, criação de novos Estados, o deputado Raul Ferraz (PMDB/BA) lança sua tese contra a federação, propondo que os Estados sejam simplesmente extintos. A reboque, é claro, iria para o brejo a subcomissão

encarregada de estabelecer normas sobre estas unidades territoriais.

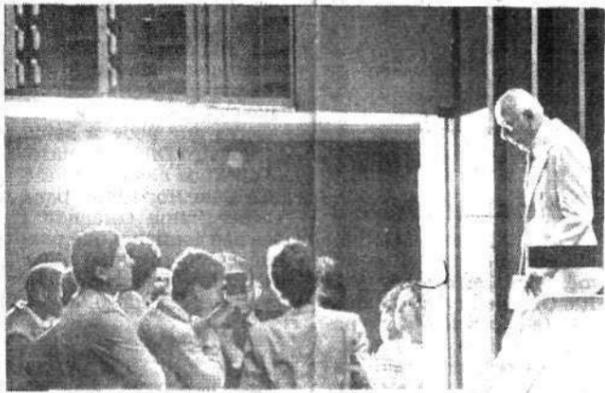
O Distrito Federal e os territórios do Amapá e de Roraima certamente farão alianças para sustentar suas aspirações de eleger os governantes, acabando com as nomeações. Mesmo assim, haverá divergências num e noutro campo. União mesmo, só num ponto: eleições diretas dia 15 de novembro de 1988, no DF, no Amapá e em Roraima.

Deputado sofre atentado a bomba

Ninguém se feriu mas Ulysses pede apuração dos responsáveis



Num dia vazio de parlamentares, o movimento no plenário foi dos jornalistas, que disputavam entre si entrevistas dos poucos que não tinham voado



Explosão é ouvida à distância

Belo Horizonte — Uma bomba de fabricação caseira, mas de elevado poder de destruição, foi atirada na madrugada de ontem, aos 40 minutos, na garagem da residência do deputado federal constituinte, Célio de Castro, 10 minutos após a sua chegada, depois de participar de um debate sobre constituinte na sede do Sindicato dos Engenheiros. Ninguém ficou ferido, mas a bomba destruiu uma porta de aço e causou estragos na cerâmica e na parede da garagem, além de quebrar alguns vidros no andar superior da casa. A explosão foi ouvida a três quadras de distância.

Logo em seguida à ex-

plosão, o Deputado que estava em seu quarto preparando-se para deitar, abriu a janela de frente para a rua, a tempo de ver uma Brasília branca arrancando em alta velocidade. Um vizinho viu também um carro escuro nas proximidades, mas não pôde afirmar se ele teve participação no atentado. As placas não foram anotadas. O Deputado, que já foi vítima de outro atentado em julho de 84, teme que o fato seja o início de uma nova escalada de violência diante da crise que o País vive atualmente.

Na manhã de ontem esteve no local o chefe da seção de engenharia legal do Instituto de Criminalística, Alberto Carlos Minas, que fez novo exa-

me no local e algumas constatações. Alberto disse que a bomba provavelmente era de formato cilíndrico, consistindo-se de um invólucro de papelão amarrado com barbante e goma arábica. A pólvora é um estopim industrial, usado em pedreiras e minas.

Ainda na manhã de ontem, o Deputado comunicou o atentado ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ao líder do partido na Constituinte, Mário Covas, e ao líder da Câmara, deputados Luiz Henrique.

O perito em explosivos Gilberto Minas estabeleceu um prazo de uma semana para a apresentação dos resultados do laudo pericial.

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, exigiu ontem do ministro da Justiça, Paulo Brossard, e do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, a apuração rápida e a punição dos responsáveis pelo atentado ao deputado Célio de Castro (PMDB/MG). Ao comunicar as providências ao plenário da Constituinte, ele frisou que as tomou "por escrito, para que fiquem documentadas".

Disse o deputado Ulysses Guimarães, que tão logo soube do "grave" atentado ao deputado, se comunicou com ele por telefone, a fim de ouvir seu próprio relato, sendo informado de que uma bomba de fabricação caseira havia sido lançada com o propósito de atingir o seu carro, quando voltava de reunião de discussão de temas constitucionais, pouco depois da meia-noite. A bomba, contudo, acabou acertando o portão de sua residência.

Ainda de acordo com Ulysses Guimarães, o ministro Paulo Brossard não foi encontrado no Ministério da Justiça, mas seu substituto ficou encarregado de comunicar-se com ele e transmitir a solicitação de providências. O presidente da Constituinte também pediu ao ministro que entrasse em contato direto com Célio de Castro para oferecer-lhe segurança.

Ao governador Newton Cardoso, que Ulysses lembrou ser companheiro de partido do deputado Célio de Castro, foi pedida a abertura de inquérito policial no âmbito estadual, com a ressalva de que os resultados devem ser comunicados à presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Ulysses também se colocou à disposição do deputado atingido para tomar quaisquer outras providências que sejam do desejo dele.

LEÃO ESQUECIDO

O abatimento das quotas do Imposto de Renda do ano-base de 1985 por quem tem imposto a pagar este ano, decidido na véspera pelo Governo, não teve

qualquer repercussão na sessão da Constituinte de ontem. Acabou prevalecendo o atentado a Célio de Castro, considerado uma ameaça à soberania da Assembléia Nacional, embora o tema não tenha ocupado toda a sessão, como aconteceu durante a greve dos bancários em Brasília, em que constituintes foram agredidos pela polícia.

Mesmo o primeiro orador a falar no atentado, Octávio Elísio, também peemedebista mineiro, não dedicou todo seu tempo ao tema. O deputado mostrou que o impacto da explosão, além de destruir o portão da residência de Célio de Castro, quebrou vidraças e derrubou móveis, colocando em risco "a vida e a família do companheiro e à própria soberania da Constituinte". Ele cobrou à mesa, exatamente, as providências que Ulysses revelou depois de haver tomado.

"Não podemos admitir que coisas dessa natureza continuem acontecendo", se solidarizou o deputado Aldo Arantes (PC do B/GO), lembrando o episódio de Brasília e afirmando que o atentado ao deputado mineiro ajuda a criar clima favorável a um golpe militar. Ele anunciou que seu partido mandou telex ao ministro da Justiça denunciando a evidência de que as forças de direita estão agindo no sentido de desestabilizar as instituições democráticas.

Pela liderança do PMDB, o deputado Ubiratan Aguiar (CE) assegurou que o partido está atento "ao desenrolar dos acontecimentos" e também considerou o atentado como um abuso contra a soberania da Constituinte. Ainda no Ceará, Moema São Thiago (PDT) lembrou que os atentados terroristas começaram há dois meses, atingindo as sedes do PCB no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro e advertiu que "amanhã pode ser esta casa".

INTERVENÇÃO

Depois de se juntar aos que prestaram solidariedade ao constituinte mineiro, o deputado Fernando Santana (PCB/BA) denunciou

que a Subcomissão de Princípios, Intervenção na Economia e no Subsolo, presidida pelo ex-todo-poderoso ministro do Planejamento do Governo Figueiredo Delfim Netto (PDS/SP), abriu as portas do Brasil às multinacionais, convidando-as para um painel sobre o setor mineral brasileiro. Tal interferência, segundo o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE), seria antirregimental, uma vez que só é permitida a participação nas reuniões das subcomissões de representantes de segmentos da sociedade.

A polêmica Parlamentarismo x Presidencialismo também teve espaço na sessão de ontem, realizada em clima de sexta-feira, com um plenário praticamente vazio. No período destinado a temas constitucionais, por exemplo, o deputado Adilson Motta (PDS/RS) se queixou de que "apenas uma dúzia (era exatamente o que havia em plenário) de constituintes teimosos" tem participado dos debates. "Falta seriedade na elaboração da nova Constituição", emendou.

A hora reservada aos temas constitucionais deverá ser ainda mais esvaziada a partir da próxima semana, com a autorização, comunicada ontem ao plenário pelo deputado Ulysses Guimarães, para que as comissões subcomissões funcionem extraordinariamente no período da tarde, a partir das 17 horas. A medida contraria o regimento, que proíbe o funcionamento simultâneo do plenário e das comissões.

No embalo de Semana Santa, a Constituinte, que ontem encerrou os trabalhos às 17h10, portanto, 1h20 mais cedo, vai dedicar a sessão da próxima terça-feira, 21, a uma homenagem solene ao falecido presidente Tancredo Neves. Nesse dia, o deputado Aécio Neves (PMDB/MG), neto do fundador da Nova República, provavelmente usará a tribuna para homenagear com palavras o avô que já homenageou com um pedido de um minuto de silêncio na segunda sessão da Constituinte.